



Subsecretaria de Contabilidade Pública
Gildenora Batista Dantas Milhomem

Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
Leonardo Silveira do Nascimento

Coordenador de Suporte às Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
Bruno Ramos Mangualde

Gerente de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal
Cláudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa

Equipe Técnica
Cristina Quintão Vieira
Daniele Muniz de Oliveira Matos
Jeanne Vidal de Araújo
Maria José Pereira Yamamoto
Sérgio Amorim de Oliveira
Thiago de Castro Sousa

Arte
Assessoria de Comunicação Social
(ASCOM/ASSE/Tesouro Nacional)

Informações
Telefone: (061) 3412-1843
Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesouro.gov.br

Última alteração 09 de novembro de 2018

RGF em foco

*Estados
+
Distrito Federal*

Relatório de Gestão Fiscal (Foco Estados + Distrito Federal)

2º quadrimestre de 2018

Secretaria do Tesouro Nacional
Mistério da Fazenda

Apresentação

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) consiste em uma publicação quadri-mestral que apresenta os comparativos com os limites de que trata a LRF, para a despesa total com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contragarantias, operações de crédito e os valores da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar. O RGF é publicado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. As informações apresentadas referem-se a dados extraídos dos demonstrativos dos estados e do Distrito Federal relativos ao 2º quadrimestre do exercício de 2018.

Considerações

1. O Demonstrativo da Despesa com Pessoal integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, deve ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e do Poder Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, cuja despesa total com pessoal é incluída no demonstrativo do Poder Executivo para verificação do cumprimento do limite.
2. Os demonstrativos de Dívida Consolidada, Concessão de Garantias e Contragarantias e Operações de Crédito são elaborados somente pelo Poder Executivo de cada ente, com as informações de todos os poderes.
3. A despesa total com pessoal comprehende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidas as despesas de: indenização por demissão de

servidores ou empregados; relativas a incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração; com pessoal do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União; e com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados, conforme arts. 18 e 19 da LRF.

4. Os dados do RGF foram extraídos do sistema Siconfi/Tesouro Nacional em 01/11/2018, das 9h30 às 10h. Até esta data, os Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Roraima não haviam enviado as declarações completas por Poder, faltando o RGF do Legislativo do Estado de Alagoas; do Executivo dos Estados do Rio Grande do Norte e de Roraima.
5. Para efeitos de comparação, o Distrito Federal não possui Poder Judiciário e Ministério Público próprios.

Gráfico 1
Despesa Total com Pessoal em relação à RCL

Este gráfico apresenta a despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada. Essa despesa é calculada com base na despesa bruta com pessoal, conforme art. 18 da LRF, deduzidas as despesas não computadas previstas no §1o do art. 19, também da LRF. A RCL Ajustada representa a RCL do ente, deduzidas as transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme previsto no § 13 do art. 166 da Constituição Federal/1988. Conforme definido no art. 20 da LRF, os limites máximos para a despesa total com pessoal são de: 49% para o Executivo, 6% para o Judiciário, 3% para o Legislativo e 2% para o Ministério Público. Para os Estados BA, PA e GO os limites do executivo e do legislativo são 48,6% e 3,4% respectivamente. Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

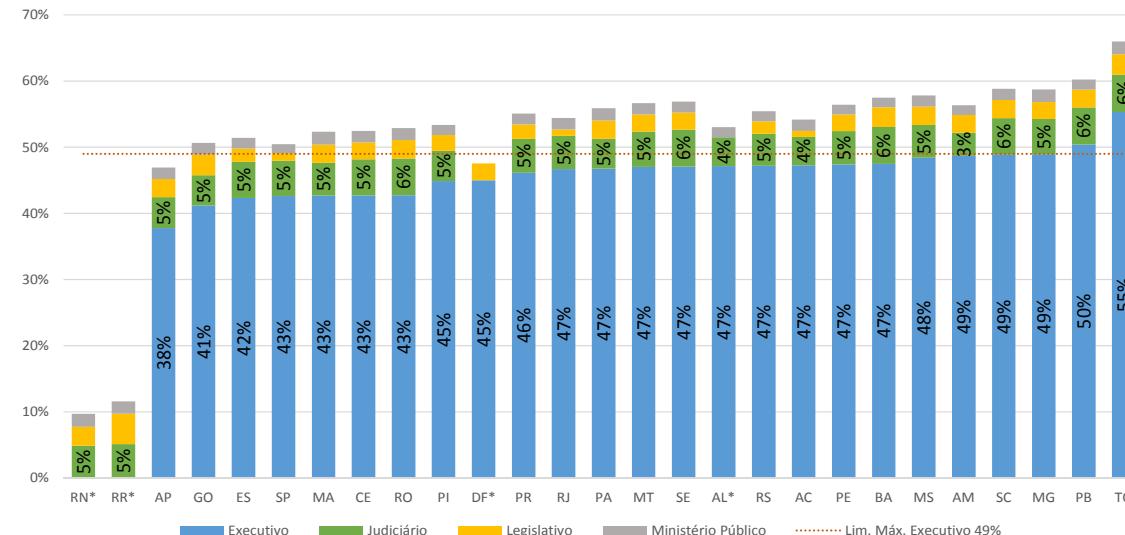


Tabela 1
Despesa Total com Pessoal em relação à RCL

Dados em: R\$ milhões

*Estados/DF que não possuem dos dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

UF	Executivo Lim. Máx. 49%		Judiciário Lim. Máx. 6%		Legislativo Lim. Máx. 3%		MP Lim. Máx. 2%		UF	Executivo Lim. Máx. 49%		Judiciário Lim. Máx. 6%		Legislativo Lim. Máx. 3%		MP Lim. Máx. 2%	
	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor		% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor
AC	47%	2.209,40	4%	201,17	1%	43,09	2%	80,44	PB	50%	4.768,26	6%	528,83	3%	250,39	2%	140,09
AL*	47%	3.632,72	4%	338,66	0%	0,00	2%	118,07	PE	47%	10.699,04	5%	1.139,74	3%	564,91	1%	337,14
AM	49%	6.290,30	3%	448,21	3%	348,62	1%	192,38	PI	45%	3.789,47	5%	386,55	2%	201,28	2%	130,91
AP	38%	1.864,58	5%	230,57	3%	135,27	2%	85,38	PR	46%	16.959,77	5%	1.882,42	2%	792,83	2%	608,60
BA	47%	14.661,35	6%	1.734,90	3%	919,59	1%	443,02	RJ	47%	26.094,24	5%	2.817,62	1%	533,72	2%	977,44
CE	43%	7.829,80	5%	997,64	3%	468,61	2%	319,94	RN*	0%	0,00	5%	434,01	3%	260,11	2%	179,17
DF*	45%	9.476,09	0%	0,00	3%	535,15	0%	0,00	RO	43%	2.872,21	6%	350,05	3%	181,96	2%	113,19
ES	42%	5.454,02	5%	704,93	2%	256,44	2%	210,77	RR*	0%	0,00	5%	167,03	5%	150,29	2%	60,32
GO	41%	8.968,70	5%	995,38	3%	677,60	2%	389,89	RS	47%	16.977,43	5%	1.743,58	2%	663,43	2%	557,88
MA	43%	5.609,95	5%	652,96	3%	359,26	2%	256,94	SC	49%	10.711,64	6%	1.212,60	3%	601,59	2%	365,18
MG	49%	27.299,01	5%	2.975,67	3%	1.418,87	2%	1.047,82	SE	47%	3.361,85	6%	396,10	3%	184,66	2%	118,84
MS	48%	5.103,77	5%	524,84	3%	289,08	2%	178,12	SP	43%	66.828,18	5%	8.360,39	1%	1.769,23	1%	2.112,38
MT	47%	6.659,44	5%	759,82	3%	361,80	2%	242,10	TO	55%	4.016,91	6%	409,16	3%	223,60	2%	139,28
PA	47%	8.637,00	5%	831,52	3%	507,03	2%	341,30									

Gráfico 2 Composição da Despesa Bruta com Pessoal

Este gráfico apresenta o somatório da despesa bruta com pessoal de todos os poderes e órgãos. Na despesa com terceirização, não são consideradas as terceirizações que se destinem à execução indireta de atividades que sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade (atividades-meio).

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

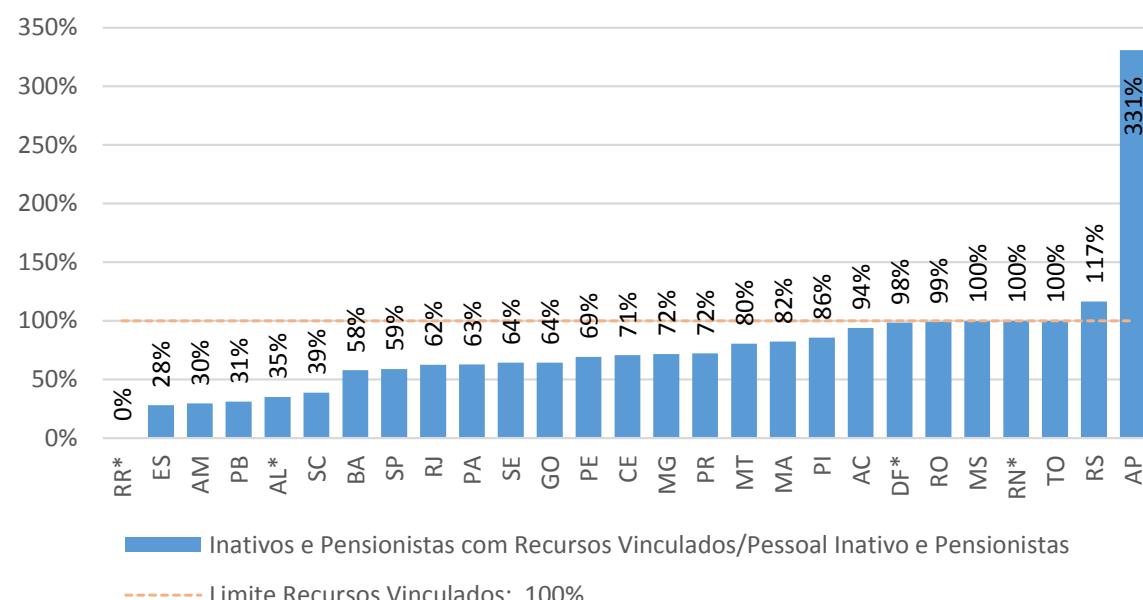
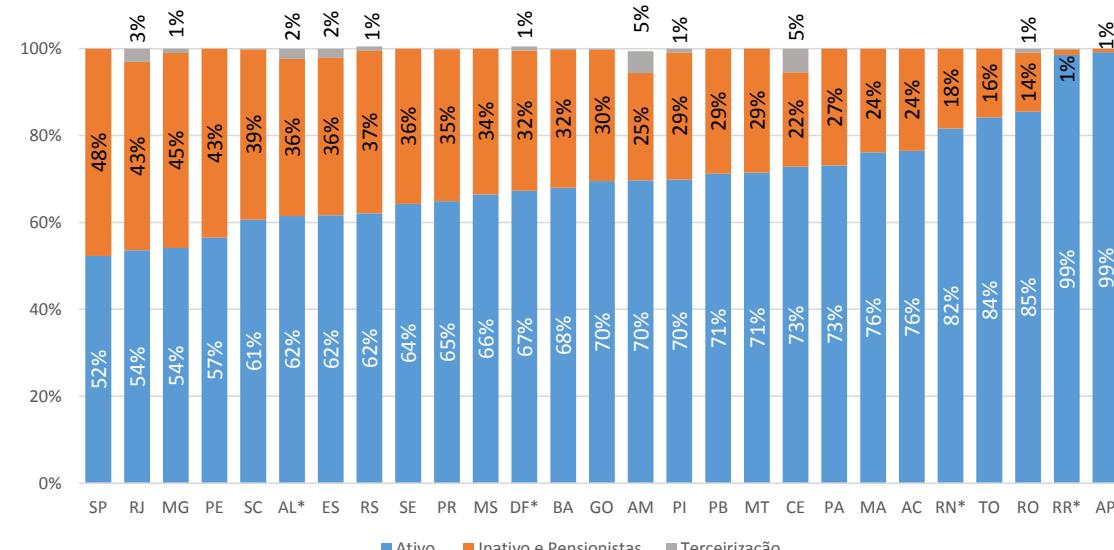


Gráfico 3 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados/Pessoal Inativo e Pensionistas

Este gráfico apresenta o percentual da despesa referente a Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados em relação à despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas, de todos os poderes ou órgãos.

Representa a parcela da despesa bruta com inativos e pensionistas deduzida para apuração do cumprimento do limite, conforme previsto no inciso VI, § 1º do art. 19 da LRF.

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 4
Despesas não computadas em relação à RCL

Apresenta, em relação à RCL Ajustada, os valores de despesa com pessoal não computadas para fins do cálculo do limite, com base disposto no §1º do art. 19, da LRF.

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

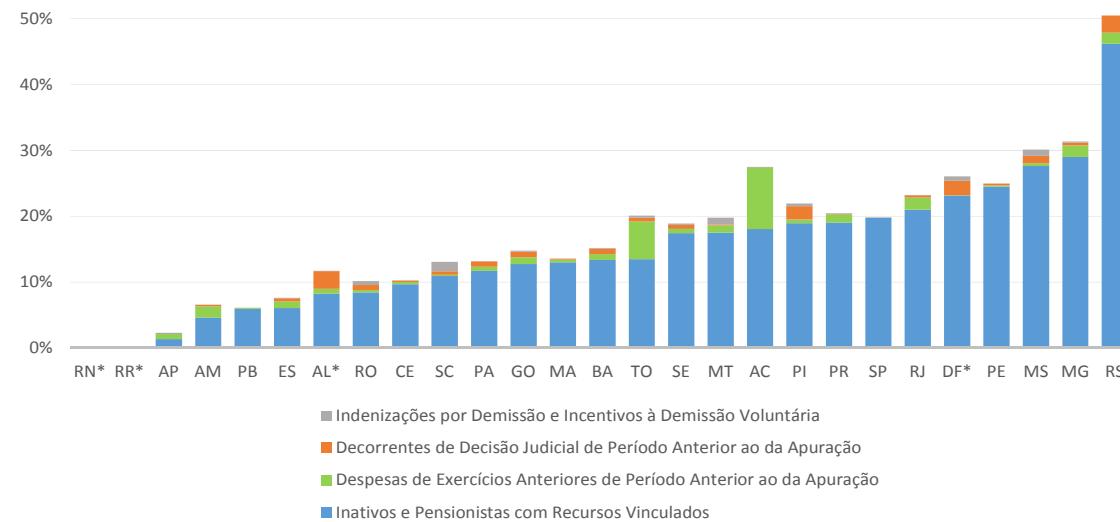


Tabela 2
Composição das despesas não computadas/RCL ajustada

Dados em: %

*Estados/DF que não possuem os dados completos de todos os poderes.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

UF	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
	UF	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
AC	18%	9%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
AL*	8%	1%	3%	0%	0%	0%	0%	0%
AM	5%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
AP	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
BA	13%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
CE	10%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
DF*	23%	0%	2%	1%	0%	0%	0%	0%
ES	6%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
GO	13%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
MA	13%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
MG	29%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
MS	28%	0%	1%	1%	1%	0%	0%	0%
MT	17%	1%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
PA	12%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
PB	6%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
PE	24%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
PI	19%	1%	2%	0%	0%	0%	0%	0%
PR	19%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
RJ	21%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
RN*	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	8%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
RR*	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	46%	2%	3%	0%	0%	0%	0%	0%
SC	11%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
SE	17%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
SP	20%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TO	13%	6%	1%	0%	0%	0%	0%	0%

Gráfico 5 Dívida Consolidada Líquida - DCL

Apresenta a Dívida Consolidada Líquida, comparada com o ano anterior. O limite definido por Resolução do Senado Federal para os Estados é de 2 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL).

Dados em: %

*Estados/DF que não enviaram o RGF do poder executivo até a data de 01/11/2018.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

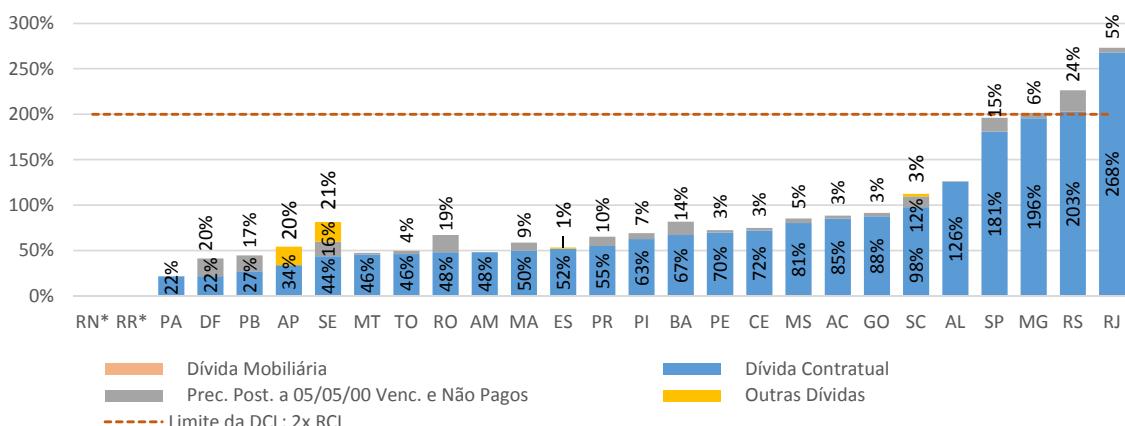
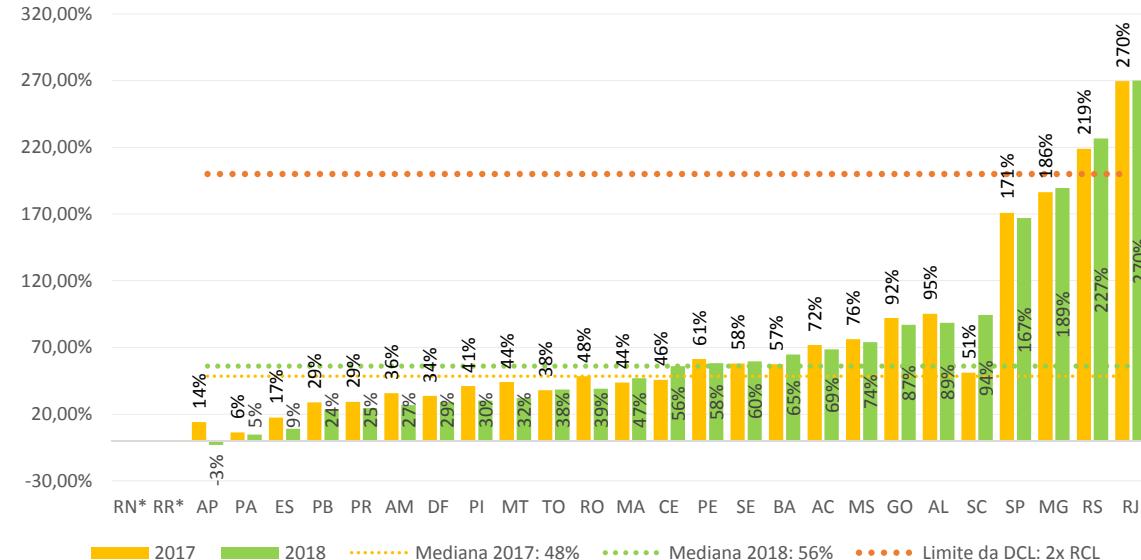


Gráfico 6 Composição da Dívida Consolidada Bruta

Apresenta a composição da Dívida Consolidada Bruta em relação à RCL.

Devido à escala do gráfico, não foi possível apresentar alguns valores.

Dados em: %

*Estados/DF que não enviaram o RGF do poder executivo até a data de 01/11/2018.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 7 Deduções da Dívida Consolidada Bruta

Apresenta o percentual de dedução da Dívida Consolidada Bruta para o cálculo da Dívida Consolidada Líquida. A Dívida Consolidada Líquida é apurada descontando-se da Dívida Consolidada Bruta a Disponibilidade de Caixa e os Demais Haveres Financeiros. A Disponibilidade de Caixa, por sua vez, é apurada descontando-se da Disponibilidade de Caixa Bruta os Restos a Pagar Processados.

Dados em: %

*Estados/DF que não enviaram o RGF do poder executivo até a data de 01/11/2018.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

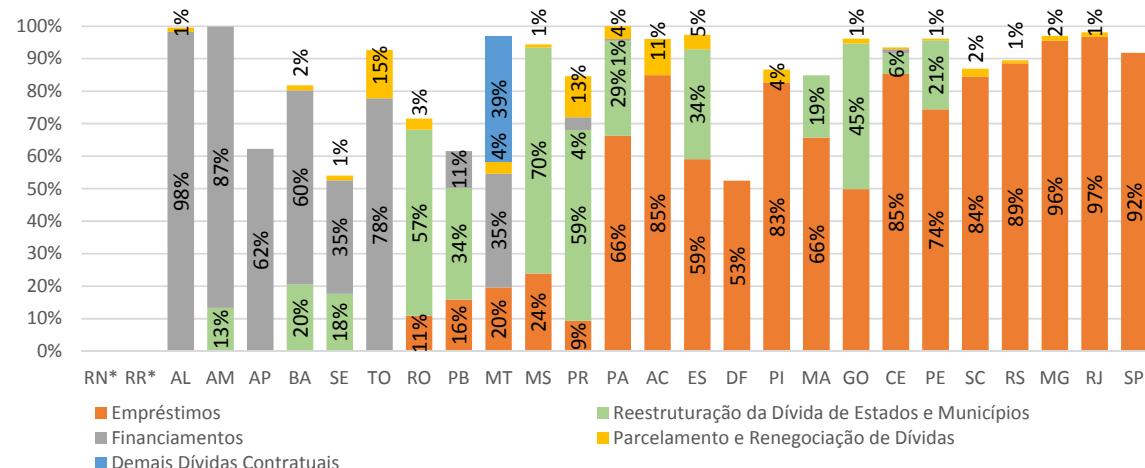
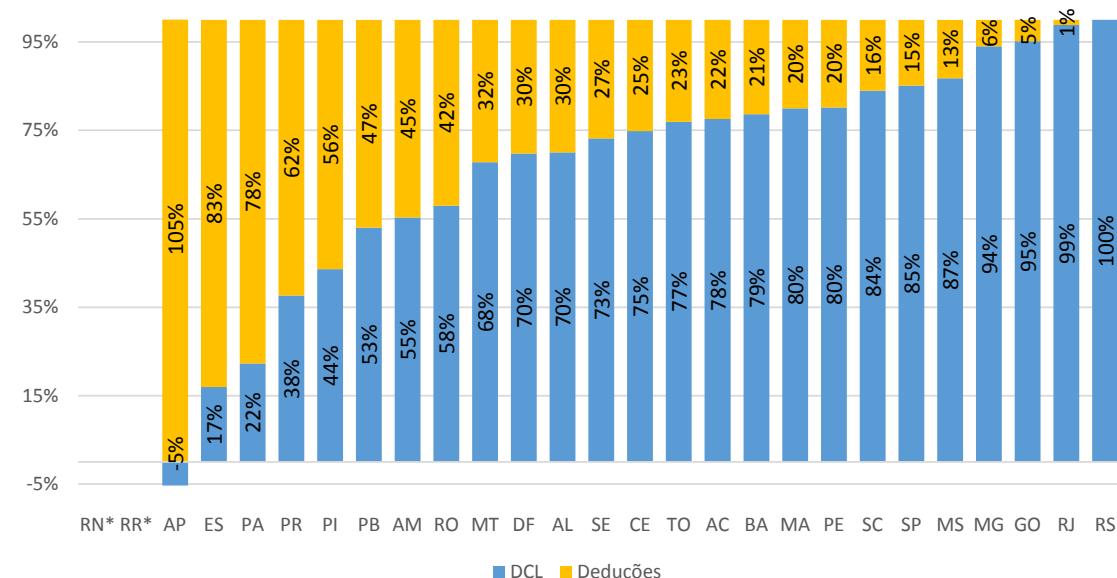


Gráfico 8 Composição da Dívida Contratual

Apresenta o percentual da Dívida Contratual sobre a Dívida Consolidada Bruta, e a sua composição.

Devido à escala do gráfico, não foi possível apresentar alguns valores.

Dados em: %

*Estados/DF que não enviaram o RGF do poder executivo até a data de 01/11/2018.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 9 Precatórios

Apresenta os valores totais dos precatórios, informados no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, sobre a RCL. Representa o total das linhas referentes aos precatórios anteriores a 05/05/2000, aos precatórios posteriores a 05/05/2000, não incluídos na Dívida Consolidada e aos precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive), vencidos e não pagos, incluídos da Dívida Consolidada.

Dados em: %

*Estados/DF que não enviaram o RGF do poder executivo até a data de 01/11/2018.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

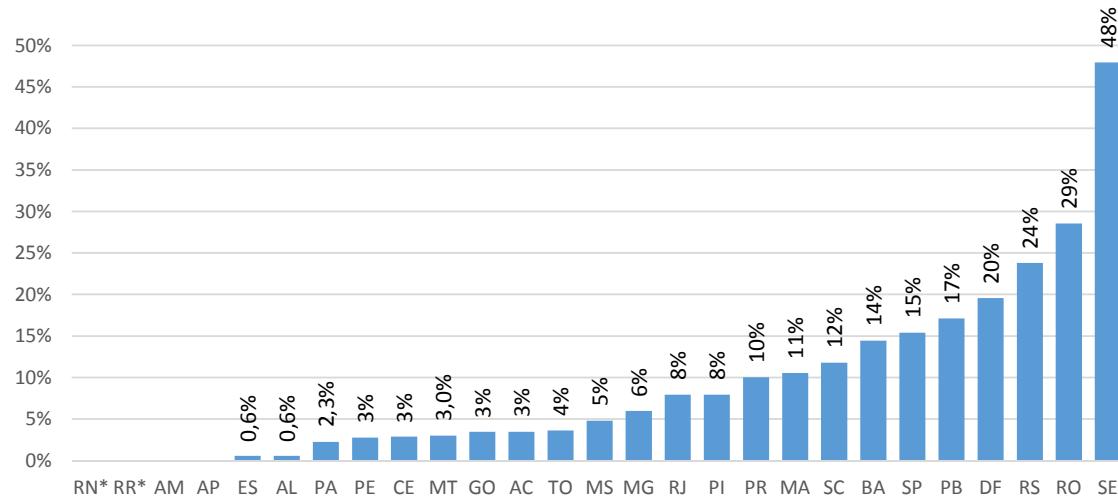


Gráfico 10 Operações de Crédito

Apresenta os valores percentuais das operações de crédito sobre a RCL.

Dados em: %

*Estados/DF que não enviaram o RGF do poder executivo até a data de 01/11/2018.

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional.

